

ACÇÃO DOS QUINTOS: NOSSA LUTA VIROU CONQUISTA

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Vara da Justiça Federal
Nesta Capital

INTIME-SE

CUMPRA-SE

PAGUE-SE

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL -
SINTRAJUFERS, entidade sindical de primeiro grau representativa dos servidores do Poder Judiciário
Federal no Estado do Rio Grande do Sul, em especial nesta ação representando os servidores nominados na
licitação em anexo, com sede em Porto Alegre, rua Marcellio Dias nº 600, Menino Deus, CEP 90130-000, com
inscrição no CNPJ sob o nº 03.506.951/0001-25, por seu representante, vem, a presença de Vossa
Excelência apresentar

EDITORIAL

Implementação do processo eletrônico na JT

A implementação do PJE na Justiça do Trabalho tem gerado muitos problemas para servidores, partes e procuradores. As dificuldades materializam-se de várias maneiras, como um sistema incompleto, em fase de experiência, em que os servidores passam mais tempo lutando contra a máquina do que atuando juridicamente, falta de treinamento para operar o sistema, falta de estrutura de rede, entre outros. Além dessas questões, os problemas de saúde começam a agravar-se na Justiça do Trabalho, à semelhança do que ocorre na Justiça Federal, onde o processo eletrônico começou a ser implementado em 2004.

A previsão de implementação do PJe nas 30 varas de Porto Alegre até 27/9 promete ser o clímax de um processo até o momento conturbado. Dado o volu-

me de ações e de operadores de direito envolvidos, a falta de planejamento que vem ocorrendo irá obstaculizar o trabalho dos servidores e a própria efetivação dos direitos trabalhistas daqueles que recorrem ao Judiciário.

O Sintrajufe/RS defende que seja instituída pelo TRT uma resolução, semelhante à que conquistamos junto ao TRF4, que estabeleça pausa de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados. Além disso, é necessária a suspensão da implementação do PJe até que haja um planejamento mais consistente e o sistema eletrônico se apresente mais completo e inteligente. Por fim, nos locais em que já foi implementado, faz-se essencial uma política de atenção diferenciada, que envolva ações na área da saúde e condições de trabalho, bem como capacitação e apoio técnico adicional.

Causalidade nas doenças do trabalho

Por Heleno Corrêa Filho, médico, colaborador do Departamento de Saúde Coletiva da Unicamp

Esse texto aborda parte das explicações para a motivação de técnicos e especialistas em negar relações de causalidade imediata entre agravos à saúde e suas origens nos processos e ambientes de trabalho. Denomina essa atitude como “negacionista”. Apresenta aspectos da linguagem técnica que evidenciam a opção de negar as relações de causalidade discutindo a origem desse discurso.

Os elementos do “negacionismo” da causa e efeito das doenças relacionadas ou agravadas pelo trabalho têm relação com fé fundamentalista que despreza evidências. Equivale ao criacionismo, que diz que a raça humana foi criada por Deus há 15 mil anos, quando há evidências geológicas, paleológicas e antropológicas sobre o surgimento da espécie humana há mais de 50 mil anos.

São elementos da luta negacionista: o conflito de interesses alegando “neutralidade”; a qualificação de fator causal atribuída a marcadores presentes nas pessoas atingidas tomando efeito associado por causa; e a utilização do segredo como arma para impedir vincular os adoecimentos com os processos de trabalho. Um recurso utilizado é subestimar a exposição de

trabalhadores, negar a incapacitação e a perda da saúde. Os negacionistas apegam-se às doenças, atribuindo valor absoluto a diagnósticos exclusivamente médicos. Recusam a avaliação funcional feita por outros profissionais.

Supervalorizam a biomecânica baseada no binômio estrutura e função. Abandonam disciplinas que valorizam os tempos pessoais de recuperação da funcionalidade após esforços e lesões no trabalho. Despreza-se a necessidade de tempo para reabilitação e ignora-se que exames fora da fase aguda só encontram resultados inalterados com raras sequelas.

Um exame de imagem feito de um a dois meses depois da lesão iniciada não encontra alteração na forma, no tamanho e talvez nem na funcionalidade. Em caso extremo serão encontradas só dor e limitação de funções com o desaparecimento de sinais inflamatórios agudos descritos com a terminação “ite”. Serão eventualmente identificados os distúrbios residuais descritos com a terminação “ose” que significa “sem causa definida”.

O reconhecimento das causas no trabalho depende da capacidade de unir evidências e disponibilizá-las para a prevenção de adoecimentos visando tornar o trabalho um espaço criativo de crescimento individual e coletivo.



Vitória: servidores da JF e do TRF recebem valores da 1ª ação dos quintos

Desde o dia 7/5, os colegas abrangidos na 1ª ação de quintos do Sintrajufe/RS já estão vendo a cor do dinheiro em suas contas bancárias. A espera dos servidores arrastava-se desde 2003. Durante este período, até o STF confirmar o trânsito em julgado, o sindicato e sua assessoria jurídica, representada pelo escritório de advocacia Silveira Martins Hübner Advogados, enfrentaram uma série de batalhas jurídicas. Todo o trabalho feito nestes anos pelo sindicato está garantindo agora o recebimento efetivo, com aplicação de juros desde 2003, do direito aos quintos para os servidores abrangidos.

Os valores liberados cor-

Outras ações de quintos

O Sintrajufe/RS ajuizou quatro ações judiciais buscando o direito à incorporação de quintos no período de 10/11/97 até 4/9/01, ou seja, até a publicação da Medida Provisória n. 2.225-45/2001, estando em execução a primeira e a terceira. A segunda e quarta aguardam análise de Repercussão Geral no Supremo (RE 638115).

Leandro Dóro / Especial



Sintrajufe/RS instalou banca na 1ª Instância para passar informações aos colegas

respondem a 89% do valor incontroverso da ação. Os 11% restantes são relativos ao PSS (previdência social) e deverão permanecer bloqueados até decisão definitiva nos autos sobre a base de incidência da contribuição previdenciária. Na dia 3/5, o Sintrajufe/RS montou bancas nos prédios da 1ª Instância da Justiça Federal e do TRF. O objetivo era passar informações sobre a ação de quintos, incluindo as orientações sobre tributação no imposto de renda. Naquela tarde, uma fila considerável formou-se em frente às bancas, mas o clima era de muito bom humor entre os servidores. O colega Davi Ribeiro, do DRH/SGEP, era um dos mais animados. “O sindicato sempre está atento às nossas reivindicações e aos nossos direitos”, disse. “Esta ação de quintos coroa um trabalho de longo prazo, muito bem feito, por sinal. Estamos todos de parabéns: nós, servidores, e

Willians Barros



Uma banca também foi montada no prédio do TRF

o sindicato”, completou.

Exibindo uma correspondência enviada pelo sindicato, a colega Mirian Proença, da Dicom, também elogiou o protagonismo do Sintrajufe/RS. “A ação foi longa, mas o sindicato sempre me manteve muito bem informada sobre cada passo dado. Então, em um dia como hoje, que culmina com a gente recebendo os valores, é só alegria”, comemorou Mirian.

O servidor Sílvio Dias, da Corregedoria do TRF, foi

mais incisivo sobre o papel do Sintrajufe/RS: “Se não fosse o sindicato pressionando, a gente não receberia esse dinheiro tão cedo”.

Com o pagamento, o sindicato continuará acompanhando até a solução de todas as pendências e informará qualquer novidade. Para esclarecer eventuais dúvidas, entre em contato pelo e-mail reltrabalho@sintrajufe.org.br. As informações para os colegas do interior e aposentados foram encaminhadas por e-mail ou via Correios.

8º Congrejufe vota pela desfiliação da Fenajufe da CUT

Na noite de 29/4, o 8º Congrejufe entrou em um de seus debates centrais: a permanência ou não da federação na Central Única dos Trabalhadores. Depois de várias intervenções de ambos os lados, foi aprovada, com 269 votos a favor, 206 votos contrários e 6 abstenções, a resolução que desfiliou a federação da CUT.

De acordo com o texto aprovado, a CUT, já no governo Collor, havia começado uma guinada que foi aumentando no governo FHC e se aprofundou nos governos Lula e Dilma. Alega que, ainda no governo FHC, a CUT começou a receber recursos vultosos do FAT que quebra o princípio da independência fi-

Rosane Vargas



Desfiliação foi um dos debates centrais do Congresso

nanceira frente ao Estado. No governo Lula, a CUT teria tentado melhorar a reforma da Previdência no Congresso e não contribuído com a greve dos servidores na época.

O texto enfatiza ainda que vários dirigentes passaram a integrar os governos Lula

e Dilma. Foi alegado, também, que várias entidades nacionais dos servidores federais já se desfiliam da CUT.

Outro texto defendia a permanência na CUT, com a manutenção de vínculo à maior central sindical da América Latina. Na resolu-

ção, é afirmado que a CUT combateu o programa neoliberal e lutou contra a reforma administrativa de FHC, fez o enfrentamento das reformas da Previdência, lutou pela redução da taxa de juros e pela valorização do salário mínimo já no governo Lula. Além disso, continua, a Central, esteve com a Fenajufe e outras entidades construindo a luta pela manutenção e a ampliação de direitos, o que permitiu a implementação do PCS de 2006. O texto também lembra o papel da CUT na regulamentação da convenção 151 da OIT, que trata da negociação coletiva no serviço público. O texto alerta que a desfiliação poderá levar a categoria a um isolamento.

Delegação acusada de compra de voto causa polêmica no Congrejufe

O 8º Congrejufe foi sacudido por uma polêmica inédita na categoria do Judiciário Federal. A discussão girou em torno de uma delegação formada apenas por servidores do TSE, sobre cuja chapa houve uma denúncia apurada de compra de votos. Um integrante da chapa, servidor do TSE, enviou mensagem eletrônica na qual informava que seria realizado um sorteio em dinheiro entre os colegas que participassem da assem-

bleia de Brasília que escolheria os delegados para o Congresso da Fenajufe. Todos os eleitos no TSE foram membros dessa chapa.

A comissão de credenciamento da Fenajufe, por 2 votos a 1, impugnou a delegação, por entender que feria o decoro e a prática sindical. A chapa apresentou recurso no Congrejufe e, com apoio do grupo Luta Fenajufe, vinculado à CSP Conlutas, venceu a votação.

Para polemizar ainda mais, antes da decisão final sobre a participação dos servidores do TSE, o grupo Luta Fenajufe propôs, então, que os delegados da chapa 1 do Sindiquinze, de Campinas (SP), fossem impedidos de votar. Isso porque, na assembleia que elegeu a delegação do sindicato, foram sorteados aparelhos GPS entre todos os presentes. Nas defesas contra essa posição, foi explicado que não houve chamamento

para o sorteio, e que, dos cinco aparelhos sorteados, a oposição ganhou três, ou seja, não houve compra de votos. Como o grupo Luta Fenajufe tinha maioria, os delegados da chapa 1 do Sindiquinze ficaram suspensos das votações que trataram de sua permanência no Congresso e da participação ou não da chapa do TSE no Congrejufe. Ao final, ambas as delegações participaram do Congresso.

Fenajufe tem nova direção; Mara Weber é a terceira mulher na coordenação-geral

Dia do Trabalhador, 1º de maio. À 0h34min, a comissão eleitoral divulgou como seria a composição da nova direção da Fenajufe para o período de 2013-2016. As chapas Juntos Somos Fortes, Luta Fenajufe e Mais Fenajufe teriam, cada uma, um coordenador-geral.

Sergio Amorim / Especial



Mara (E) comemora resultado; entre as metas está o enfrentamento do adoecimento dos servidores

A diretora do Sintrajufe/RS Mara Weber é a terceira mulher a assumir a coordenação-geral em 20 anos de história da federação. Eleita pela chapa Mais Fenajufe, ela disse que sua primeira meta é desenvolver uma política de saúde para os trabalhadores e as trabalhadoras, em todo o país, para enfrentar a implementação do processo eletrônico, buscando que a mudança na forma de trabalhar que está ocorrendo dentro do Judiciário tenha preocupação com a saúde dos servidores. Mara entende como essencial en-

frentar as metas de produtividade estabelecidas de forma autoritária pelo CNJ, as quais vêm aprofundando o adoecimento físico e mental da categoria e agravando o assédio moral no Judiciário Federal e no MPU.

Outro desafio neste ano, diz Mara, é retomar a organização dos servidores públicos federais e a luta pela negociação coletiva e data-base, fazendo com que o decreto assinado pela presidente Dilma em 6/3, que regula-

menta a negociação coletiva, seja efetivado. A dirigente aponta ainda como objetivo a aprovação no Congresso do projeto 319/07, que trata do adicional de qualificação para técnicos com formação de nível superior.

Mulheres fazem ato contra o assédio sexual

Joana Darc de Melo / Fenajufe



Ato com apitação aconteceu durante o 8º Congrejufe

Um ato de repúdio promovido pelas mulheres participantes do 8º Congrejufe aconteceu na manhã do dia 29/4. A manifestação foi motivada por uma denúncia de assédio sexual sofrido por uma funcionária de um dos sindicatos. Organizadas, as dirigentes sindicais subiram ao palco e convidaram todas as mulheres presentes a se posicionarem em frente ao plenário. Foi relatado que a funcionária estava fazendo panfletagem quando foi abordada por um grupo de cinco homens que a tocaram e fizeram propostas inconvenientes. De acordo com os relatos, a moça estava assustada e não conseguia identificar os assediadores. “Quando uma mulher diz ‘não’, ela diz ‘não’. Quando uma mulher diz ‘não’, ela está dizendo ‘não’, não é ‘sim’ e nem ‘talvez’, é ‘não’”, repetiram as mulheres em coro. As manifestantes distribuíram apitos para serem usados como um alerta em qualquer situação de abuso.

Sindicato quer que TRT suspenda implementação do PJe

Nas últimas semanas, o Sintrajufe/RS tem visitado cidades para verificar como está a implementação do processo judicial eletrônico (PJe) na Justiça do Trabalho. A exemplo do que havia sido verificado anteriormente na Justiça Federal, os colegas não estão recebendo treinamento adequado, há excesso de trabalho e são muitos os casos de adoecimento. Por esse motivo, para que o quadro não se agrave, o Sintrajufe/RS enviará documento à presidência do TRT solicitando a suspensão da implementação do PJe até que o tribunal apresente um plano concreto, no qual estejam previstos treinamento, pausas e condições adequadas para que os servidores possam realizar seu trabalho sem que isso se dê à custa de sua saúde.

O PJe também está suscitando questões de segurança jurídica, causando apreensões até entre os advogados. Essa situação foi debatida durante o II Congresso Sul Brasileiro Sobre o Processo Eletrônico da OAB/RS, que aconteceu no dia 25/4. “Estamos tentando construir uma frente junto com a OAB/RS e com a magistratura para tentar frear este processo”, observou a diretora do Sintrajufe/RS Mara Weber. “Houve uma mudança completa na organização do trabalho de toda a categoria, e isso não foi discutido previamente com os servidores”, observou.

No dia 2/5, Mara e os médicos do trabalho e assessores de saúde do Sintrajufe/RS, Geraldo Azevedo e Rogério Dornelles, visitaram os servidores das varas trabalhistas de Esteio. A lentidão do sistema e a precariedade do suporte técnico foram apontados entre as principais queixas. “O PJe é um teste de paciência”, disse um dos servidores. Causou preocupação nos médicos o aumento do tempo necessário para realizar algumas tarefas repetitivas utilizando o PJe, comparativamente com o sistema que vinha sendo adotado pelo e-proc da Justiça Federal. “A quantidade de cliques no mouse aumentou em mais de seis vezes”, observou Rogério Dornelles.

A diretora Silvana Klein e Geraldo de Azevedo visitaram, dia 7/5, as VTs de São Leopoldo. Os colegas disseram que, para incluir um processo em pauta, por exemplo, são necessários 25 cliques com o mouse. O sistema foi considerado “burro” pelos servidores. Constata-se que, além das inconsistências próprias de um programa incompleto, em fase de experiência, há coisas simples, como, atalhos no teclado, que ele não permite fazer. Ou seja, os servidores estão se sentindo como “cobaias”. Uma frase emblemática: “A gente passa mais tempo lutando

Willians Barros



Rogério Dornelles (D) fala sobre as pausas em Esteio

Fotos Leon Muss / Especial



Guaíba foi uma das primeiras cidades a implementar o PJe



Geraldo de Azevedo (E) fala sobre saúde em São Leopoldo

contra a máquina do que fazendo nosso trabalho”. A falta de treinamento e capacitação é uma reclamação unânime, inclusive dos agentes de segurança, que reclamam também de não terem acesso sequer à pauta para poderem dar informações aos usuários. Os servidores reclamam de não terem acesso nem mesmo a um manual de resolução de problemas.

A mesma realidade se verifica em Guaíba (pioneira na implantação do PJe, junto com Encantado), visitada dia 8 pelo diretor Lucas Rohde e pelo médico Rogério Dornelles, os servidores sentem-se abandonados pelo tribunal. O quadro de adoecimento registrado desde que se iniciaram os trabalhos com o eletrônico aumentou sintomaticamente.

Homenagem a vítimas de acidentes e doenças do trabalho

Willians Barros



Nei Lisboa (D) foi um dos artistas que se apresentaram dia 28

Apresentações musicais e de dança e distribuição de materiais marcaram, no Parque Redenção, em Porto Alegre, dia 28/4, o Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. Organizadas pelo Fórum Sindical de Saúde do Tra-

balhador (FSST), as atividades reuniram centenas de pessoas. O Sintrajufe/RS é um dos integrantes do FSST e também participou da coordenação. O objetivo foi o de chamar a atenção para o tema da saúde e da segurança no trabalho.

Seminário debate saúde do trabalhador no século XXI

Odete Diogo / Especial



Trabalhadores de vários setores, público e privado, estiveram presentes. Em 29/4, dentro das atividades do Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, foi realizado o seminário Saúde do Trabalhador no Século XXI. O evento oportunizou o encontro de trabalhadores de diversas categorias, pesquisadores, estudiosos, autoridades e sindicalistas. Durante o seminário, falou-se sobre as políticas adotadas ou que ainda precisam ser implementadas para reverter os acidentes no trabalho. Segundo a Organização Mundial do Trabalho, a cada 15 segundos um trabalhador perde a vida exercendo sua atividade laboral. Foi ressaltado o papel fundamental da fiscalização dos sindicatos para promover condições dignas e humanas, proporcionando os menores fatores risco de vida e adoecimento possíveis.

CUT institui Comissão Nacional de Memória, Verdade e Justiça

A CUT instituiu uma Comissão Nacional de Memória, Verdade e Justiça com o objetivo de resgatar a história dos trabalhadores e dos movimentos sociais durante os 21 anos da ditadura. O secretário de Políticas Sociais da CUT Nacional, Expedito Solaney, afirma que “o golpe foi antioperário e anticamponês, prova disso é que já no 1º de abril de 1964 em torno de 300 sindicatos sofreram intervenção”. Ele lembra que logo vieram atropelos aos direitos, como a lei antigreve, o arrocho e o fim da estabilidade no emprego. Para Solaney, quem cometeu assassinatos e torturas “deve ser punido, assim como os dirigentes sindicais perseguidos devem ser reconhecidos como lutadores sociais do povo brasileiro”. “Tomaremos depoimentos recolhendo toda a documentação, fazendo o registro de imagens, resgatando a memória”, concluiu.

Partidos se comprometem a barrar PEC 215

Depois da ocupação do parlamento por várias etnias indígenas, os líderes de oito partidos (PSB, PT, PDT, PSDB, PSC, PSOL, PR e



PCdoB) se comprometeram a não indicar representantes para a comissão especial da PEC 215. A PEC transfere para o Congresso a demarcação de terras indígenas.

Projetos ameaçam terras indígenas

À revista Carta Capital, a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) alerta que há outros projetos que ameaçam as terras indígenas. Ela cita o

Fotos Agência Câmara



PL 1.610/96, que permite a mineração privada nessas áreas, e a PEC 237, que prevê o arrendamento para o agronegócio. Janete diz que o Congresso pode estar dando aval para a derrubada da Floresta Amazônica.



se insere no calendário de 15 anos do Sintrajufe/RS, que serão completados este ano, e do mês do trabalhador, em função do 1º de Maio.

16 DE MAIO

15h Reunião do Núcleo de Aposentados do Sintrajufe/RS na sede do sindicato

23 DE MAIO

Quintativa do Núcleo de Aposentados do Sintrajufe/RS

24 DE MAIO

20h Sexta Básica 1ª Mostra de Música do Sintrajufe/RS. O evento



27 DE MAIO

Último dia para inscrições de chapa às eleições para Direção Colegiada e Con-

selho Fiscal do Sintrajufe/RS, até as 18h.

27 A 29 DE MAIO

Entrega de ingressos de cinema

27 DE MAIO A 7 DE JUNHO

Exposição fotográfica no TRF sobre os 15 anos do Sintrajufe/RS

3 DE JUNHO

19h Reunião do Núcleo de Agentes de Segurança do Sintrajufe/RS na sede do sindicato

3 A 5 DE JUNHO

Reserva de ingressos de cinema com desconto para sindicalizados

6 DE JUNHO

15h Reunião do Núcleo de Aposentados do Sintrajufe/RS na sede do sindicato



7 A 9 DE JUNHO

Final do Circuito Integração da JF em Canela e Gramado

15h Reunião do Núcleo de Oficiais de Justiça do Sintrajufe/RS na sede do sindicato

Sintrajufe/RS e Multiplus negociam parceria em cursos EAD para Adicional de Qualificação



O Sintrajufe/RS está em negociação com a empresa Multiplus Cursos e Concursos, sediada no Rio de Janeiro, para disponibilizar aos sindicalizados **cursos de capacitação** na forma **EAD** , os quais darão direito a requerer o adicional de qualificação, relativo às ações de treinamento, nesse primeiro momento. Inicialmente, serão oferecidos cursos nas áreas de **Português; Direito Penal - Parte Geral; Processo Penal; Administração Financeira e Orçamentária; Controle Interno; Direito Constitucional - Controle de Constitucionalidade; Direito Constitucional - Direitos Humanos; Direito do Trabalho; Direito Eleitoral; Processo Penal Eleitoral; Processo Judicial Eleitoral; Direito Penal Econômico; Licitação e Contrato; Pregão Eletrônico; Lei 8.112/90; Gestão Pública; Gestão de Pessoas; Segurança de Autoridade; e Segurança de Patrimonial. Os certificados dos cursos serão validados pela Instituição Cândido Mendes.**

BOLETIM QUINZENAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RS • FILIADO À CUT E À FENAJUFE

COORDENADOR DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO: Lucas Rohde - EDIÇÃO: Rosane Vargas - DIAGRAMAÇÃO: Leandro Dóro e Rosane Vargas
REDAÇÃO: Rosane Vargas e Willians Barros - ILUSTRAÇÕES: Leandro Dóro - PROJETO GRÁFICO E CAPA: Interlig - IMPRESSÃO: VT Propaganda - Tiragem: 5.000 exemplares

Sintrajufe RS: Rua Marçílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS - CEP 90130-000 • Fone/Fax: 51 3235.1977
E-mail: imprensa@sintrajufe.org.br • site: www.sintrajufe.org.br • blog: www.blogdosintrajufe.blogspot.com • www.twitter.com/sintrajufe